

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA



A.
**PRINCÍPIOS
ESTRATÉGICOS**

JUNHO 2017 / EDIÇÃO N°1 - PORTUGUÊS



PRINCÍPIOS ESTRATÉGICOS

RESUMO

PRINCÍPIOS ESTRATÉGICOS	. 3
1. CONTEXTO DAS PRESSÕES E DESAFIOS	. 4
2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	
I GOVERNANÇA E ARTICULAÇÃO DOS SABERES	. 6
II PLANIFICAÇÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL	. 7
III FINANCIAMENTOS INOVADORES	. 8
3. ORIENTAÇÕES TEMÁTICAS	
I ÁGUA DOCE	. 9
II SANEAMENTO	. 11
III ENERGIA	. 12
IV RESÍDUOS	. 13
V BIODIVERSIDADE E ECOSISTEMAS	. 15
VI PAISAGENS E PATRIMÓNIO CULTURAL	. 17

PRINCÍPIOS ESTRATÉGICOS

Estima-se em mais de 180 000 o número de ilhas no mundo (cerca de 50% das quais com uma superfície inferior a 150 Km²) e um milhão, se incluirmos ilhéus e rochedos. A importância destes ambientes singulares é reconhecida a nível mundial: embora apenas representem 5% da superfície terrestre, as ilhas albergam 20% das espécies de plantas e vertebrados terrestres e 600 milhões de habitantes dependem dos serviços dos ecossistemas dos ambientes insulares para água, alimentação, alojamento, medicamentos e recursos necessários à sua vida diária (CDB, 2010).

Várias ameaças, oriundas das alterações globais, comprometem o seu património natural, cultural, económico e social, tais como a poluição (resíduos, água), invasões biológicas, exacerbadas pela fraca ligação com os ecossistemas vizinhos, alterações climáticas que, em certos casos, chegam a ameaçar de desaparecimento alguns territórios, tais como os recifes de corais do Pacífico ou do Oceano Índico e de destruição os habitats e paisagens ligados, nomeadamente, com a pressão do setor imobiliário. Se as problemáticas de gestão sustentável dos recursos (abastecimento de água potável e tratamento das águas residuais, acesso a fontes de energia renováveis, gestão de resíduos, proteção da agro e biodiversidade local) e valorização do património (natural, paisagístico e cultural) não são específicas das ilhas, sendo particularmente exacerbadas: o isolamento, raridade de recursos, espaço limitado, escassez de tecnologias localmente disponíveis, noutros termos, o «carácter insular», que reduz a priori o leque de soluções.

As ilhas de pequena dimensão partilham, assim, um determinado número de desafios e, portanto, inevitavelmente, soluções comuns.

O objetivo geral do Programa da SMILO é responder às necessidades de intercâmbio e acompanhamento dos gestores destes territórios, para iniciar, encorajar e valorizar as abordagens de preservação e gestão sustentável dos recursos naturais nas ilhas de pequena dimensão, numa lógica de reforço da cooperação e solidariedade entre as ilhas.

A fim de construir uma base comum que permita uma visão partilhada do futuro dos territórios insulares membros da rede da SMILO foram desenvolvidos princípios estratégicos. Estes são declinados em orientações estratégicas, como grandes princípios gerais, em orientação com as temáticas que declinam objetivos para cada um dos grandes temas abordados pelo Programa da SMILO.

Estes princípios estratégicos destinam-se a ser retificados, preenchidos e precisados durante as oficinas técnicas que irão ritmar os próximos anos do Programa. Estes serão debatidos e validados durante as assembleias-gerais da Associação SMILO.

Os princípios e orientações listados no presente documento serão aplicados de forma diferenciada em função dos contextos e possibilidades da ilha (ambientais, geográficos, socioculturais, económicos, etc.) e serão, portanto, necessariamente adaptados e dimensionados a cada território. Este documento de referência deve orientar as ilhas parceiras, ao longo do processo da SMILO, de criação do Comité Insular na definição dos objetivos prioritários.

1.

CONTEXTO DAS PRESSÕES E DESAFIOS

Viver ou depender de uma ilha de pequena dimensão (<150 km², de acordo com os critérios da SMILO), cujos limites são definidos, circunscritos e perceptíveis, implica conviver com recursos que podem rarear ou ser sujeitos a perturbações principais, comprovadas ou potenciais, tais como alterações climáticas, invasões biológicas, destruição dos habitats e poluição (do ar, da água e dos solos).

Além disso, as ilhas de pequena dimensão, mais ou menos isoladas (geográfica, política e economicamente) devem redefinir de forma permanente os termos dos seus intercâmbios e ligações com o continente. Com vista à disponibilidade das matérias-primas e recursos (para alimentação, água e energia), mas igualmente no que respeita à circulação de pessoas e controlo dos fluxos de informação (ou à escassez destes), a questão do nível de autonomia e de colaboração com o continente (assim como com as outras ilhas do arquipélago) é central nos projetos territoriais insulares.

AS ILHAS DE PEQUENA DIMENSÃO, TERRITÓRIOS EM QUE OS DESAFIOS HUMANOS E AMBIENTAIS SÃO, POR NATUREZA, INDISSOCIÁVEIS

Longe de serem vivenciadas remotamente, as problemáticas ambientais são concentradas e exacerbadas no quotidiano: abastecimento e qualidade da água potável, saneamento, realização de uma mistura energética, gestão dos resíduos, proteção da agro e biodiversidade locais, valorização do património, conhecimento natural e paisagístico. Isso traduz-se em ligações, pegadas tanto limitadas como sustentáveis que as comunidades insulares devem tecer entre si e o seu ambiente, entre o meio natural e o meio social: o seu destino, o seu futuro, estão intimamente ligados a este equilíbrio.

Se o número relativamente restrito de intervenientes numa ilha de pequena dimensão e a intensidades das ligações familiares e comunitárias que mantêm pode permitir uma melhor partilha da informação sobre estas temáticas e favorecer uma solidariedade ativa, a densidade e solidez das ligações sociais «consuetudinárias» podem, em certos casos, ter efeitos negativos: resistências mais ou menos passivas à necessidade de alteração, inação, ou até, exclusão¹. O desafio consiste, então, em ultrapassar estes potenciais conflitos de utilização em torno dos recursos naturais, culminando numa partilha equilibrada dos espaços produtivos e naturais. Um grande e estruturante desafio reside, portanto, no diálogo multi intervenientes e na emergência de visões comuns, partilhadas, do território; no reconhecimento, divulgação, adaptação e transformação permanente das práticas, saberes e conhecimento locais ligados às ilhas de pequena dimensão.

Garantir o bom estado ecológico e ambiental de uma ilha, propício ao desenvolvimento humano, mais ainda do que para outros territórios passa, portanto, por alavancas de governança participativa chamadas a manter-se a longo prazo. O carácter insular pode, então, tornar-se numa força e a necessidade de retirar dos seus próprios recursos, num quadro final, um terreno fértil para a inovação técnica, tecnologia e social.

¹Segundo Callois, J.-M. 2006. « Les relations sociales freins ou moteur de la durabilité ; approche par la notion de rayon de confiance » et Guillemot, J.2008 « Gouvernance et développement territorial en milieu insulaire : Le cas de l'Isle-aux-Coudres » (Quebeque-Canada)

CONTEXTO DAS PRESSÕES E DESAFIOS

O TURISMO INSULAR, UM VETOR DE DESENVOLVIMENTO E DE PRESSÃO

As atividades turísticas, em particular, alavancas de desenvolvimento económico e de valorização dos património naturais podem, por escassez de enquadramento ou de planificação, ser fonte de pressões sobre os meios terrestres e marinhos (através do aumento das necessidades em energia, água, produção de resíduos, etc. ...).

Viver numa ilha, muitas vezes, significa também conviver com a flutuação sazonal do número de habitantes e afluência. As atividades turísticas, de facto, são como o anverso e reverso da «condição insular», de dois gumes: por um lado, permitem a vivência de uma população autóctone valorizando o património natural e, por outro, podem exercer uma pressão excessiva sobre estes mesmos meios terrestres e marinhos (aumento das necessidades em energia, água, produção de resíduos e impacto ecológico). É, exatamente, trabalhando em conjunto nesta oportunidade (afluência, vivência anual) e nesta fragilidade (preservação dos meios naturais terrestres e marinhos) que as ilhas podem permitir-se inovar e controlar o que é agora acordado denominar como «turismo sustentável».

2.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Hoje, três grandes orientações estratégicas são visadas na abordagem da SMILO, a fim de que as ilhas possam pretender um desenvolvimento equilibrado e sustentável que permita uma coabitação ideal entre o homem e a natureza. O equilíbrio sustentável procurado num território passa, segundo as suas orientações, por uma governança que permita o desenvolvimento de uma visão e resposta partilhadas, uma planificação territorial que defina zonas e o seu destino prioritário e através da implementação de soluções financeiras que apoiem as duas orientações anteriores.

I- GOVERNANÇA E ARTICULAÇÃO DOS SABERES

A governança e articulação dos saberes constituem uma orientação estratégica base na gestão de conflitos de interesse individuais face aos desafios coletivos. Assim, os intervenientes das ilhas parceiras da abordagem da SMILO deverão assegurar:

PROJETOS DE TERRITÓRIO PARTILHADOS

Criar, tornar operacionais e garantir espaços de encontro, debate e gestão de conflitos, que reconheçam e protejam os direitos de propriedade e de utilização de cada um, incluindo os direitos tradicionais e consuetudinários. Estes espaços permitirão definir e enquadrar, de forma clara, as responsabilidades e relações entre os intervenientes, apostando no tecido local, numa abordagem ascendente: cidadãos, utilizadores, entidades intermediárias (cooperativas, associações, sindicatos), proprietários imobiliários, intervenientes económicos, incluindo empresas, especialistas, comunidades, municípios, províncias, regiões, estados.

LOBBYING

Criar oportunidades, condições e espaços para que os intervenientes implicados nas ilhas disponham de uma plataforma e de visibilidade, com o objetivo de defender e promover o seu território de forma estruturada, junto dos governos locais e nacionais e dos organismos internacionais.

DIÁLOGO ENTRE SABERES

Identificar e caracterizar os saberes, conhecimento e práticas locais com impacto positivo comprovado no ambiente, a fim de os divulgar e integrar, não apenas nas abordagens científicas (inventários, cartografia, estudos setoriais), mas igualmente nas tomadas de decisão locais e escolhas de ordenamento. Partilhar, divulgar e transmitir os resultados dos estudos e investigações científicas levados a cabo na ilha, para que a informação seja conhecida e entendida pelos intervenientes locais e não se mantenha propriedade de especialistas exteriores ao território. Manter atenção em relação às repercussões concretas dos estudos e respetivo acompanhamento.

II- PLANIFICAÇÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

A planificação e ordenamento do território tanto na sua componente terrestre como marinha constituem uma das principais orientações estratégicas. Para atingir objetivos de sustentabilidade e de equilíbrio das utilizações nas ilhas, os Comitês Insulares deverão assegurar:

ABORDAGEM FOFA

Identificar coletivamente, e de forma sistemática, as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças que se apresentam na ilha; a disponibilidade, escassez, estado de preservação e valorização dos recursos, com o objetivo de melhor definir o potencial local e as margens de progresso. Definir, de forma precisa, os pontos de equilíbrio e rutura entre as atividades produtivas que dependem dos recursos da ilha e a proteção do meio natural, bem como os limiares ecológicos a não ultrapassar, de acordo com o tipo de atividade humana.

CAPACIDADES DE ACOLHIMENTO

Determinar as capacidades reais de acolhimento da ilha, ou seja, as capacidades definidas não só com base em critérios físicos e ecológicos, mas que integrem o que é social e culturalmente aceitável, com o objetivo de preservar o espírito dos locais, e a noção de sazonalidade.

ANTECIPAÇÃO

Antecipar as pressões futuras sobre os recursos e meios, em vez de gerir os efeitos colaterais no fim do processo, exigindo mais investimento humano, técnico e financeiro. Identificar soluções práticas e adaptadas à escala da ilha, a montante da perturbação ambiental.

DIVERSIFICAÇÃO

Aplicar sistematicamente uma política de diversificação das atividades, repartidas pelo ano, favorecendo a mistura em detrimento da concentração num só recurso (agrícola, energético, etc.), concentração essa que poderia criar situações de dependência.

REDUÇÃO DA PEGADA

Apoiar a emergência ou manutenção de atividades humanas (agricultura, pesca, indústria, turismo), com fraca pegada ambiental, respeitando, protegendo e valorizando os meios naturais e favorecendo o combate contra as alterações climáticas, garantindo as necessárias repercussões para as comunidades locais. Adaptar e fazer evoluir as atividades económicas poluidoras e nocivas para o ambiente e acompanhar a sua transição através da sensibilização, correta aplicação de medidas regulamentares em vigor e a inovação económica.

DIMENSIONAMENTO DA ILHA

Recorrer a inovações técnicas e tecnológicas adaptadas à escala da ilha (em termos de dimensionamento das infraestruturas, interesses comprovados pelos habitantes e utilizadores), tendo o cuidado de analisar devidamente as vantagens (abordagem de tipo «relação custo/benefício»), a médio e longo prazo e antecipando os desafios ligados à conservação e manutenção das instalações. Quando aplicáveis e pertinentes para a ilha (em termos de investimento, custo e escala de intervenção), favorecer as tecnologias que contribuem para a autonomia, de acordo com o princípio da economia circular (energia, água, gestão dos resíduos) e para a redução da dependência do continente.

ABORDAGEM INTEGRADA TERRA/MAR

Passar de uma abordagem setorial para uma abordagem integrada e entender o território insular na sua globalidade; romper as fronteiras de gestão e disciplinares entre o domínio terrestre e o domínio marinho, domínios estritamente relacionados e ligados do ponto de vista físico, químico e biológico.

MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS

Promover uma gestão equilibrada do território e antecipar as pressões exercidas nos diferentes tipos de espaço. Manter espaços tampão naturais para limitar a expansão, assegurando a continuidade ecológica e corredores de fauna/flora, definindo corretamente as fronteiras entre espaços de construção e de não produção, etc..

III- FINANCIAMENTOS INOVADORES

A capacidade de financiar, de forma sustentável, as ações oriundas do diagnóstico e do plano estratégico deve ser uma prioridade para os intervenientes das ilhas, a fim de estas não serem totalmente dependentes das subvenções ou da «abordagem do projeto». Para tal, os Comitês Insulares deverão assegurar:

FINANCIAMENTOS SUSTENTÁVEIS

Recorrer a dispositivos financeiros inovadores, para preservar o ambiente da ilha: vinhetas turísticas reafetadas a ações locais concretas e contributos voluntários nas infraestruturas turísticas, taxas sobre a ligação marítima e direitos de passagem reafetados aos gestores da ilha, fundos alimentados pelos utilizadores de um dado recurso, através de conselhos insulares que redistribuem localmente, numa ótica de economia circular e de economia «azul» (fundos de água, fundos de energia, etc.) geridos por comités; programas de valorização de produtos locais de elevado valor patrimonial, indicações geográficas, certificações, marcas comerciais registadas e outros cadernos de encargos específicos, etc..

3.

ORIENTAÇÕES TEMÁTICAS

I- ÁGUA DOCE

Algumas ilhas de pequena dimensão são muitas vezes confrontadas com a escassez de água: a sua dimensão restrita, topografia, cobertura vegetal pouco densa, escassez de recursos, má infiltração dos escoamentos no lençol freático, geologia inadequada, ou ainda, escassez de precipitação, são suscetíveis de provocar graves carências na disponibilidade hídrica. As reservas limitam-se a uma lentilha-de-água nas ilhas planas, lençóis à mercê das marés e à subida da água salgada do aquífero salino, acentuada pelas alterações climáticas e o aumento do nível do mar. As ilhas altas possuem, potencialmente, lençóis maiores, mas a sua capacidade de armazenagem mantém-se limitada devido à escassez de espaço dedicado ou infiltração. O acesso à água potável nas ilhas é, assim, muito desigual, podendo a qualidade de água doce ser alterada pela intrusão de água do mar nos lençóis ou devido a poluição ligada a práticas pouco corretas agrícolas, domésticas ou ainda turísticas.

Outras ilhas menos confrontadas com a escassez de água (precipitação abundante ou existência de um pipeline...) podem, no entanto, ser confrontadas com uma má utilização, utilização excessiva ou problemas de armazenamento.

DESTA FORMA, AS ILHAS PARCEIRAS DEVERÃO NO MÍNIMO :

- **Avaliar** regularmente a quantidade e a qualidade do recurso de água doce disponível na ilha, caracterizar o estado da rede e definir a pressão exercida sobre este recurso, em função das diferentes utilizações;
- **Efetuar campanhas de sensibilização** para a utilização racional hídrica e gestos quotidianos, para redução ou otimização do consumo;
- **Desenvolver ações sustentáveis de preservação dos recursos hídricos**: minimizar o recurso a pesticidas e outros produtos de síntese; melhorar a recolha e saneamento de águas residuais; excluir os aterros de resíduos não inertes (selvagens ou autorizados);
- **Proteger as bacias de alimentação de captação** e as zonas de amostragem de água, graças à implementação de perímetros regulamentares, eventual e fisicamente delimitados e protegidos na superfície e socialmente reconhecidos;
- **Assegurar o débito ecológico mínimo** nos cursos de água e a dinâmica correta dos sedimentos associados aos sistemas costeiros;
- Se e quando o abastecimento de água doce da ilha, a partir do continente for uma necessidade, **favorecer o transporte de água em grandes quantidades** (recurso a batelões com reservatórios, cisternas ou bidões reutilizados, etc.) sendo, de seguida, armazenado na ilha em reservatórios de grande capacidade ou fontes, com vista a limitar o contributo inútil de plástico;

ORIENTAÇÕES TEMÁTICAS I- ÁGUA DOCE

DEVERÃO ASSEGURAR PROGRESSIVAMENTE :

- **A redução na fonte a pressão sobre o recurso de água:** instalação de aparelhos económicos em termos hídricos nos lares e estruturas turísticas, blocos sanitários públicos alternativos (casas de banho secas ou equivalentes, segundo a aceitação social local), implementando sistemas de irrigação adaptados, como gota a gota, nebulização, etc.;
- **O favorecimento do diálogo e a gestão de conflitos** entre as utilizações de água, graças à implementação de comités de intercâmbio do tipo «comités de bacia», (ou «contratos de baía»), criação de fundos de «água» pelo referido comité para apoio das ações de proteção da bacia hidrográfica, etc..
- **A implementação de medidas de controlo de escoamentos e erosão pedológica** que ameça a sustentabilidade dos solos e paisagens emblemáticas da ilha e ferramentas que permitem uma melhor percolação e armazenamento nos lençóis subterrâneos;
- **O reforço das dinâmicas de infiltração**, graças a presas filtrantes, atividades de reflorestação, represas, socalcos agrícolas com muretes, etc..
- **A diversificação das fontes de alimentação em água doce**, favorecendo os métodos alternativos, por ex., através da recuperação de águas pluviais, dessalinização através de pequenas unidades adaptadas à escala da ilha², acopladas a energias renováveis (tipo osmose inversa...) ou ainda a reciclagem de águas residuais para fins agrícolas³. A aposta em infraestruturas tradicionais sustentáveis, se existentes, de tipo implúvio, etc.. Nas ilhas altas, em meio tropical, captar as águas das neblinas e, no caso de ilhas vulcânicas, considerar a utilização de águas hidrotermais e ligadas à infiltração de águas pluviais, cuja circulação é rápida e acessível através de galerias subterrâneas, etc.

²Sob determinadas condições, nomeadamente de libertação ideal das salmouras para o meio marinho, o que permite limitar o respetivo impacto;

³Sob condições de controlo sanitário;

II- SANEAMENTO

Nas regiões costeiras dos países em vias de desenvolvimento, até 90% das águas residuais são diretamente descarregadas nos oceanos sem tratamento, muitas vezes poluídas por agentes patogénicos, poluentes químicos, produtos fitossanitários, fertilizantes químicos e outros hidrocarbonetos ou óleos usados que geram impacto negativo, tanto para a saúde dos habitantes como para os meios de água doce e marinhos.

DESTA FORMA, AS ILHAS PARCEIRAS DEVERÃO NO MÍNIMO :

- Com base num estudo aprofundado que permita a caracterização (quantidade, qualidade) das águas residuais e o respetivo impacto negativo no ambiente, **nivelar as infraestruturas de tratamento existentes** (de tipo micro estação de tratamento) e **as suas redes de recolha e redes de saneamento** (incluindo fossas sépticas individuais e coletivas), **a fim de afastar as águas residuais das habitações**, bacias de captação, e ecossistemas frágeis terrestres e marinhos. Tratá-las de forma adequada e controlar, em particular, os detritos enviados para o mar.
- **Sensibiliza os utilizadores para produtos não tóxicos e não poluentes** para os lençóis freáticos, e inversamente, para os produtos suscetíveis de alterar as redes (óleos domésticos, etc.).
- Para as ilhas com forte presença turística, **adaptar as instalações disponíveis ao número de visitantes**: número de blocos sanitários/casas de banho disponíveis, em particular.

DEVERÃO ASSEGURAR PROGRESSIVAMENTE :

- **Recorrer a tecnologias alternativas** adaptadas ao contexto da ilha tal como o fito tratamento (filtros plantados), lagunagem, filtragem natural (p. ex., mangues).
- **Implementar sistemas de tratamento terciário das águas** residuais com o objetivo de garantir a sua reutilização, para fins agrícolas, nomeadamente, se a regulamentação o permitir.
- **Revalorizar as lamas para fins energéticos ou agrícolas**: fertilização, se a capacidade dos solos e a natureza das lamas o permitirem, ou utilização enquanto combustível ou fonte de produção de gás.

III- ENERGIA

Confrontadas com a escassez de disponibilidade das energias convencionais locais, numerosas ilhas importam e/ou utilizam energias fósseis do continente. Estas são soluções que favorecem a dependência e que são, além disso, muitas vezes dispendiosas, gerando uma forte pegada ecológica, bem como emissões de gases com efeito de estufa, que contribuem para as alterações climáticas, podendo as ilhas de pequena dimensão ser as suas primeiras vítimas. Noutros casos concretos, as necessidades energéticas dos lares criam uma forte pressão nos meios locais e ecossistemas insulares frágeis, p. ex., amostragem no meio tropical de madeira de mangue para lenha ou produção de carvão.

DESTA FORMA, AS ILHAS PARCEIRAS DEVERÃO NO MÍNIMO :

- **Reduzir na fonte o consumo energético através da sensibilização dos utilizadores e através de tecnologias com menor consumo energético**, aparelhos de baixo consumo, materiais de aquecimento e refrigeração com bom desempenho energético (esp. problemas ligados à climatização, quando as ilhas são muitas vezes ventiladas naturalmente pelos ventos marinhos).
- **Aumentar a eficácia energética** dos edifícios⁴ da ilha (eletricidade, aquecimento, climatização) e das infraestruturas (iluminação pública, etc.), incluindo nos setores históricos protegidos, para redução dos gases com efeito de estufa, graças a tecnologias inovadoras, **favorecendo e promovendo a arquitetura bioclimática**: isolamento e climatização natural, etc.

DEVERÃO ASSEGURAR PROGRESSIVAMENTE :

- **Diminuir e depois excluir com a maior frequência possível todas as energias fósseis**, com tendência para a independência e autonomia energética, através do desenvolvimento de um leque de energias renováveis adaptadas às possibilidades reais: instalação de painéis solares, geradores elétricos solares, micro eólicos, valorização da biomassa, geotermia, energias de origem marinha (correntes, ondas, gradiente de temperatura entre a superfície do mar e profundidades) ou ainda combustíveis de origem vegetal terrestre, incluindo resíduos agrícolas como o bagaço e marinhos (fitoplâncton). Nos locais coletivos e restaurantes, os resíduos alimentares recolhidos poderão ser valorizados através da metanização. Uma alternativa seria, por exemplo, a cogeração (energia térmica/mecânica e elétrica) in situ que poderia, conseqüentemente, desenvolver-se ainda nos locais de refeição.
- **Apoiar a mobilidade não motorizada**, tipo de transporte elétrico, bicicleta, animais, etc. na ilha, chegando mesmo à supressão de todos os veículos com motor térmico, assegurando a sua alimentação através das energias renováveis.
- **Desenvolver a capacidade de armazenamento da energia** e controlo/acompanhamento de consumo, através de ferramentas e contadores inteligentes (tipo Smart Grid, R2G Ready to Grid).

⁴ Prioritariamente os edifícios públicos, mas também as habitações e edifícios privados.

IV- RESÍDUOS

Os problemas de gestão dos resíduos e, nomeadamente, da poluição gerada pelo plástico (macro e micro), manifestam-se de forma mais aguda nas ilhas, dado o afastamento dos continentes e as restrições geográficas, estas não possuem terrenos de armazenamento, meios financeiros suficientes e instalações de processamento com dimensão crítica de rentabilidade (financeira e técnica) o que é, muitas vezes, incompatível com a quantidade de resíduos gerados. Uma má gestão pode, portanto, gerar problemas sanitários, uma degradação do solos, da água, dos meios terrestres e marinhos, bem como da qualidade paisagística, afetando a atratividade do local e a vida na ilha. A acumulação de resíduos pode, além disso, ser agravada pelo afluxo de turistas nas ilhas e grandes variações sazonais.

DESTA FORMA, AS ILHAS PARCEIRAS DEVERÃO NO MÍNIMO :

- **Avaliar, caracterizar e acompanhar de forma precisa os fluxos de resíduos na ilha**, origem, tipologia, quantidade, toxicidade.
- **Reduzir na fonte a quantidade e a toxicidade de resíduos**: favorecer a compra a granel e limitar as embalagens para produtos alimentares importados a partir do continente, substituir as doses individuais (restaurantes, hotéis), através de recipientes não plásticos (e não de produtos de utilização única), favorecer os recipientes de grandes dimensões para transporte de água a partir do continente (se aplicável). Evitar o recurso a garrafas plásticas individuais de pequena capacidade.
- **Implementar infraestruturas que permitam a recolha, armazenamento, triagem, pré-tratamento** de diferentes tipos de resíduos, limitando e racionalizando o transporte.
- **Gerar e processar nas ilhas todos os resíduos pesados e orgânicos não tóxicos**, de acordo com os princípios de base da economia circular. (p. ex., compostagem de resíduos ecológicos, reutilização de resíduos de construção para novos materiais, recurso a resíduos agrícolas para produção de energia, etc.).
- **Afastar das ilhas (exportar para o continente) os resíduos tóxicos** (óleos usados, baterias), resíduos de atividades de tratamento com riscos de infeção.
- **Condicionar (compactar) e exportar as embalagens e plásticas**, bem como todos os resíduos não pesados que beneficiem, ou venham a beneficiar a prazo, no continente setores de valorização.
- No caso de ilhas afastadas do continente (transferência dispendiosa), **armazenar os resíduos não perigoso finais** (ou seja, os resíduos que já não são valorizáveis, nem através da reciclagem, nem através da valorização energética), se o contexto geológico for favorável (impermeabilidade natural dos solos, ausência de lençol) ou incineração com eventual valorização energética. NB: atenção, a incineração necessita de um grande controlo do procedimento para evitar a produção de fumos tóxicos e a gestão de resíduos em suspensão e resíduos de tratamento de fumos.

ORIENTAÇÕES TEMÁTICAS

IV - RESÍDUOS

- **Sensibilizar regularmente todos os utilizadores** da ilha para estas ações e para os gestos que podem ser efetuados pelos cidadãos com consciência ecológica.
- Se estiver presente um porto na ilha: manter uma **zona de atracagem** com possibilidade para os utilizadores (pescadores, navegantes) de gerirem os seus resíduos e reduzirem os resíduos marítimos.

DEVERÃO ASSEGURAR PROGRESSIVAMENTE :

- **Efetuar um acompanhamento de todos os resíduos exportados para fora da ilha**, incluindo os resíduos tóxicos, assegurando que os resíduos são processados por setor(es) adaptado(s) no continente. Se não existir um setor na zona continental próxima, procurar zonas de armazenamento e optar, se possível, pela armazenagem seletiva para eventual processamento futuro.
- **Reutilizar diferentes materiais** (criação de centros de valorização ecológica, oficinas de reparação e de transformação artísticas).
- **Interditar a importação de resíduos através de turistas (diária) na ilha** (em particular, resíduos de plástico) e sistematizar a sua reimportação para o continente.
- Implementar, se aplicável, **ações integradas com a gestão de água**: p. ex., instalação de fontes de água e redução do número de garrafas de plástico, através do recurso a recipientes em aço, etc..

V- BIODIVERSIDADE E ECOSISTEMAS

O isolamento das ilhas traduz-se por uma taxa de endemismo (ou seja, a percentagem de espécies animais ou vegetais que não existem noutros locais) muito elevada, até 9,5 vezes superior à das zonas continentais. Esta notável biodiversidade e cujo futuro está intimamente ligado ao das comunidades humanas é, no entanto, frágil. As ilhas albergam 40% das espécies ameaçadas e, particularmente, ameaçadas⁵. A perda de biodiversidade nas ilhas está ligada a vários fenómenos, em primeiro lugar, às invasões biológicas, reforçadas pela ausência de predadores ou parasitas para determinadas espécies, a redução do tamanho e área de distribuição de determinadas populações e a fraca conectividade com os ecossistemas vizinhos mas, igualmente, a destruição e fragmentação dos habitats, exploração excessiva de determinados recursos (incluindo pesqueiros) e a poluição de ecossistemas estratégicos, como os mangues, herbários, etc..

As alterações climáticas apenas exacerbem estes fenómenos e iniciam a resiliência das ilhas e comunidades insulares (ou seja, a sua capacidade de recuperação das perturbações exteriores): isoladas geograficamente, as ilhas de pequena dimensão são, muitas vezes, expostas a episódios climáticos extremos, episódios suscetíveis de degradar ecossistemas de máxima importância, para as espécies locais. A perda da biodiversidade e a degradação dos ecossistemas afetam diretamente os habitantes das ilhas, cuja dependência dos recursos naturais e serviços dos ecossistemas é, muitas vezes, enorme.

DESTA FORMA, AS ILHAS PARCEIRAS DEVERÃO NO MÍNIMO :

- **Melhorar os conhecimento dos habitats**, espécies marinhas e terrestres (inventários), a sua evolução, assegurando um regular acompanhamento das espécies-chave. Estas ações irão integrar disciplinas que valorizam o conhecimento local, tal como etnobotânico e etnoecológico. As medidas de observação e vigia irão implicar os habitantes e utilizadores (pescadores, agricultores e, mesmo, turistas).
- **Editar guias de divulgação e mediação científica** com destino aos decisores, gestores locais, utilizadores e organização de manifestações/iniciativas locais de sensibilização.
- **Sensibilizar através da informação dos visitantes** antes ou desde a sua chegada à ilha para os «gestos corretos» a respeitar.

⁵Segundo a União Internacional de Conservação da Natureza (UICN), 2012

ORIENTAÇÕES TEMÁTICAS

V- BIODIVERSIDADE E ECOSISTEMAS

DEVERÃO ASSEGURAR PROGRESSIVAMENTE :

- **Apoiar apenas as atividades agrícolas e sistemas de cultura não convencionais** (agroecologia, agricultura biológica, permacultura), **favorecendo a agrobiodiversidade**, eliminando o conjunto de produtos fitossanitários utilizados na ilha e pelos navegantes nos portos, ancoradouros e no mar, começando por controlar a sua venda na ilha e sensibilizando os utilizadores, garantindo o bom estado ecológico dos solos, lençóis e dos alimentos consumidos.
- **Favorecer particularmente técnicas de pesca não destrutivas para o meio marinho**, garantindo o bom estado do stock pesqueiro. Combater quaisquer formas de poluição difusa ligadas às atividades humanas, tanto em terra como no meio marinho.
- Se a ilha acolher ou tiver vocação para acolher visitantes, **apoiar apenas o turismo de qualidade**, ecológico, mobilizando as comunidades locais e valorizando a biodiversidade e os ecossistemas notáveis, graças a trilhos mantidos, sinalizados, informativos, ordenamentos adaptados para controlo dos fluxos (escadas, trilhas, barreiras, sinalética adaptada, etc.), a promoção, se aplicável, de um artesanato de qualidade, infraestruturas hoteleiras adaptadas à dimensão da ilha e respeitadoras dos meios naturais em que estas se encontrem e regulamentações de acesso restrito para os turistas.
- Levar a cabo operações de **engenharia e restauro ecológico** que permitam favorecer a resiliência, «reparar» destruições do habitat natural e combater os efeitos das alterações climáticas.
- **Interditar o acesso à ilha e controlar e/ou erradicar as espécies invasivas** terrestres e marinhas.

VI. PAISAGENS E PATRIMÓNIO CULTURAL

Por vezes, encontrámos nas ilhas de pequena dimensão paisagens notáveis, modeladas pela atividade humana, que são testemunho da ligação estabelecida entre a natureza e a cultura e que tornam tangível o conhecimento e práticas locais. Estas paisagens constituem, muitas vezes, fortes referências identitárias para as comunidades insulares.

As paisagens insulares são importantes marcadores e expressão visível de um património cultural muitas vezes rico (material e imaterial), que traduz práticas, crenças e costumes a preservar.

DESTA FORMA, AS ILHAS PARCEIRAS DEVERÃO NO MÍNIMO :

- **Assegurar a boa integração paisagística das novas instalações** e/ou extensões do edifício existente, através do recurso a materiais locais e a medidas regulamentares para não romper a continuidade visual.
- **Analisar e documentar o impacto visível das alterações globais** nas paisagens características da ilha (árvores notáveis, vegetação, culturas agrícolas, linha costeira, etc.).

DEVERÃO ASSEGURAR PROGRESSIVAMENTE :

- **Favorecer a compreensão paisagística global da ilha**, através de diagnósticos participativos, identificando as fortes referências identitárias para os habitantes e utilizadores e redigir planos de proteção e restauro, integrando a noção fundamental do espírito local.
- Com base no diagnóstico paisagístico, **manter as perspetivas, valorizar o património imaterial e as técnicas tradicionais** que moldam as paisagens de elevado valor patrimonial (p. ex., paredes em pedra seca no Mediterrâneo).
- **Implementar abordagens de adaptação às alterações climáticas**, com base nas paisagens tradicionais da ilha.